

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CONSTRUÇÕES DO PARAÍSO: ARQUITETURA E
QUESTÕES SOCIAIS NO ABRAÃO – ILHA GRANDE (RJ)**

AUGUSTO BRANDÃO MALBOUISSON

ORIENTADORA: ROSANE MANHÃES PRADO

Rio de janeiro

2004

Agradecimentos

À minha orientadora, Rosane Manhães Prado, por sua atenciosa dedicação diante das minhas dúvidas, devaneios e reclames ao longo deste trabalho. E por esses anos de maravilhosos mergulhos e macarrões nas praias e casas da Ilha.

Aos atuais e ex- bolsistas do projeto, Robertinha, Carol, Ingrid, Márcio e Marcus, com quem compartilhei euforias, incertezas e “magníficas” cachaças à luz de vela nos constantes blackouts do “paraíso ecológico”.

A meus queridos amigos da UERJ, Felipe, Zé, Tatiana, Bruno, Karin, Fábio e tantos outros, por avivarem aquele nosso monocromático campus, pelas conversas, pelas colas, e por arquitetarem, alheios às intempéries, infindáveis saideiras.

Aos meus pais, Ana e Adolfo Malbouisson, pela “pressãozinha saudável” quanto a meus estudos e por serem quem são.

À minha irmã Helena Malbouisson, que, dedicada aos mistérios de um acelerador de partículas no Hemisfério Norte, deixou o irmão com saudade aqui nos tristes trópicos.

À Elisa, minha pérola, por tudo.

Ao Abraão e seus moradores, por sua receptividade e por deixarem-me entrar impunemente em suas vidas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
O caos, o caos e o começo	8
Capítulo 1 - Um novo “Eldorado”: a “chegada do turismo” no Abraão	15
1.1 - “Bem vindo à Ilha Grande”: a população nativa e a vinda de novos atores sociais	15
1.2 - No stress Ilha Grande?: visões, versões e conflitos	22
1.3 - Caminhos do Meio: construção social dos espaços	26
Capítulo 2 - Arquitetura do turismo: a estética das hospedagens no Abraão	33
2.1 - Quando o mar traz os de fora	33
2.2 - Pousadas e “pousadas”	38
2.3 - Outras hospedagens	50
CONCLUSÕES	54
Ilha de muitas trilhas	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

Resumo

Nos anos que se seguiram à implosão do Presídio Cândido Mendes, em 1994, a Ilha Grande foi tomando contornos de “pólo turístico” da região sudeste, atraindo turistas, empreendedores e novos moradores vindos de Angra dos Reis, do Brasil e do mundo. Outros fatores ajudaram a intensificar a atividade turística ali, como a construção da Br 101 (a Rio – Santos, em 1974), facilitando o acesso à Ilha e a vinda da especulação imobiliária; a criação de unidades de conservação, trazendo uma legislação ambiental impedindo certas práticas até então correntes na cultura local, como a caça, a retirada da madeira da mata, a pesca e a roça; e o fechamento das fábricas de sardinha na década de 70. Nesse contexto, no qual o turismo, englobando toda uma gama de serviços e comércio, se torna o eixo da vida local, forma-se uma trama social até então inédita ali, com personagens, interesses, códigos e valores díspares. Uma diversidade que se reflete na rica variedade arquitetônica, encontrada tanto nas hospedagens quanto na estética das moradias da população nativa.

O intuito desta monografia é primeiramente buscar mapear esta variedade estética, na tentativa de compreender de que forma a existência desse mosaico de interesses, valores e conflitos se reflete no resultado arquitetônico das construções. Juntamente com a sugestão de uma tipologia, trata-se de compreender, numa análise mais ampla, como esta diversidade estética de forte impacto visual expressa a diversidade dos atores sociais que transitam no universo das hospedagens.

INTRODUÇÃO

Conheci a Ilha Grande - município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro - em novembro de 2000. Na época, participei, como aluno, do Ateliê Livre de Cinema e Antropologia, curso oferecido pelo Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI), da UERJ, cujas atividades práticas transcorriam em Vila Dois Rios. Nosso heterogêneo grupo era formado por docentes e discentes vindos de diversas áreas de Ciências Humanas, reunidos em torno do interesse pela linguagem audiovisual como instrumento de pesquisa antropológica. Com o objetivo de realizar filmes sobre diversos aspectos da vida da população de Vila Dois Rios, hospedamo-nos no alojamento do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS)¹

A Vila Dois Rios abrigou o Instituto Penal Cândido Mendes até 1994, ano de sua desativação. A população local e das demais praias costuma designá-lo apenas como o “Presídio”, do qual tratarei mais adiante, atribuindo a seu fim um divisor de águas na história recente da Ilha. Em casas cedidas pelo Estado, moram funcionários aposentados do Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE) e militares reformados da Polícia Militar que trabalhavam no Presídio. Os escombros da implosão permanecem ali, e as histórias, as lembranças e a fachada da instituição, ainda preservada, resistem.

¹ O Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – Ceads, órgão da UERJ criado em 1995, responsável por estudos e projetos ambientais na Região da Baía da Ilha Grande, situa-se numa área cedida pelo Estado à UERJ após a desativação do Presídio, através de um termo de concessão que garante este espaço por um período de cinquenta anos.

A pesquisa sobre percepção de questões ambientais entre as comunidades da Ilha Grande² que Rosane Prado realizava ali naquele período foi o que levou à escolha de Vila Dois Rios como campo dos exercícios fílmicos do curso. Expondo o desenvolvimento de seu trabalho, apresentando-nos à população e introduzindo-nos às questões envolvidas naquele contexto marcado pelo Presídio no qual nos aventurávamos, sua colaboração foi rica. Ao ser convidado para ser seu bolsista, pouco mês depois, o foco da pesquisa passara a ser a Vila do Abraão. Voltada para o continente, a Vila do Abraão é a localidade mais populosa da Ilha Grande, e também considerada como sua “porta de entrada”. A companhia Barcas SA mantém ali as linhas de barcas que fazem o trajeto Angra dos Reis - Abraão - Mangaratiba - Abraão, fazendo desta vila uma etapa quase sempre obrigatória para os que desejam partir para outras praias da Ilha, e também contribuindo para o fluxo de turistas ali ser o mais intenso da Ilha Grande.

Neste trabalho, interessaram-me os traços que julgava justificarem a difundida referência ao Abraão como “porta de entrada” da Ilha Grande, designação que me remetia aos sinais inesperados que percebi na minha primeira visita, e que, ao meu ver, pareciam apontar uma “tendência à urbanização”, uma situação instigante de contornos complexos. Designação sujeita a interpretações que passam por visões de tempero alarmista por parte daqueles que as traduzem como augúrio de um futuro obscuro, às quais somam-se sentenças como “o Abraão dobrou o cabo”, ou “isso aqui já era”, e também visões daqueles que percebem-nas como manchete de uma frutífera vocação de “capital” da Ilha, repleta de promessas e vantagens.

² “Percepção de Questões Ambientais na Ilha Grande”, projeto iniciado em 1999 em Vila Dois Rios.

Interessei-me em estudar a diversidade das hospedagens, sua arquitetura e estética, pelo forte impacto visual que me causaram, e por refletirem, como viria a perceber, as questões sociais locais. Voltei-me então para os componentes deste campo, ou melhor, para a tentativa de compreender quais são as questões e os discursos que compõem e transitam neste campo. Voltei-me para os donos - os pousadeiros³ - suas opções estéticas, como vêm os turistas, os serviços oferecidos, e a maneira como a diversidade das hospedagens é entendida por eles e pelos demais atores sociais presentes nesse contexto. Encontrei no Abraão um vasto leque de construções: recentes, transformadas, outras aparentemente inacabadas e algumas preservadas da vila original.

As primeiras impressões que tive dali contrastavam com as recordações que havia guardado da minha breve estada de três dias chuvosos em Vila Dois Rios. Recordava um lugar de poucos moradores, marcados, como o espaço físico (o traçado e a geometria planejada do conjunto de ruas, as ruínas, o depósito de material de pesca – um dos cenários do filme que meu grupo no Ateliê realizou⁴ – o mesmo utilizado no tempo do Presídio, o próprio CEADS – antigo quartel) por aquela instituição.

³ A partir desse ponto irei referir-me aos donos de pousada de “pousadeiros”. De fato são assim chamados os donos de pousada no Abraão. No entanto, como demonstrarei adiante, esta designação, em certos contextos, é expressa de forma pejorativa, como acusação, tomando outro contorno.

⁴ “A Volta do cerco”, realizado em 2000 por mim e Gláucia Buratto

Lembrava uma extensa e bucólica praia, onde o celular só funcionava numa estreita faixa de areia mediante contorcionismos, e a permanência de visitantes restringia-se até as 18:00. Esperava algo parecido no Abraão. O quadro dissonante que se desenhou inicialmente do Abraão foi pintado por uma série de indícios que afastavam minha expectativa de “vila preservada” e de calma.

Na travessia de Angra para Abraão, percorro a comprida barca passando por crianças ora saltitantes ora chorosas, desviando-me de bagagens, compras e pranchas de surfe, escutando fragmentos de conversas, risos e ritmados roncões. Assistindo uns folheando despreocupadamente jornais, livros e revistas, outros entretidos em coloridos guias de viagem, e outros, indubitavelmente entediados. Apreciava, como se fossem futuros trunfos de um caderno de campo ainda virgem, as expectativas estampadas nos semblantes dos turistas fotografando entusiasmados o Abraão longínquo, ainda indefinido num horizonte vaporoso. Fitava os assentos todos tomados, num heterogêneo horizonte de passageiros oscilando lentamente pra lá e pra cá ao ritmo do mar, quando então uma dúvida aparece trepidante: “Onde vão ficar todas as pessoas que estão nesta barca?”. Talvez a lembrança de meu itinerário cotidiano rumo à faculdade num incessante balançar de ônibus lotado contornando a vasta Lagoa Rodrigo de Freitas tenha-me trazido essa indagação.

O cais, o caos e o começo

Ao desembarcar no cais, uma cacofonia desponta do áspero arrastar dos pneus amortecedores instalados na lateral da barca contra o cais de pedra, do repetitivo ronronar

do motor, dos passos no chão de cimento, das ondas findando na areia, do vento assobiando agudo, e de um emaranhado de falas na tumultuada aglomeração do cais: “Já tem pousada, amigo?”, “Oh, It’s beautiful here!” , “On doit chercher un coin bien rustique pour rester”.⁵

Perto do cais, chamou-me atenção, nas lojas de souvenirs instaladas em casas remanescentes da arquitetura original da Vila, ao redor da praça principal, a variedade cromática de produtos díspares, como miniaturas de cerâmica de marinheiros encasacados à lá Capitão Haddock, singular companheiro de aventuras do belga Tintin, rechonchudos e sorridentes anões de jardim, as corriqueiras camisetas “No Stress” contextualizadas (“No Stress Ilha Grande”), cangas, incensos, porta-retratos, pedras místicas, mapas estilizados, bonés, sapatilhas, grossos casacos peruanos e pilhas de filmes kodak. Grande variedade de objetos compartilhando apertados as prateleiras. Um cardápio multicolor oferecendo um cruzamento aparentemente inusitado de origens e contextos diferentes, porém corriqueiro no comércio em sítios de circulação turística intensa e internacional. Comércio freqüentemente abastecido por produtos oriundos de uma produção industrial ligeira, criando uma camada homogênea de curiosa multiplicidade, da qual podemos ver indícios nos detalhes e acabamentos que em alguns exemplares não primam pelo refinamento.

Nas ruas, acompanhava o trânsito de carreteiros (um entre muitos outros personagens, dos quais tratarei mais adiante, deste Abraão turístico) arrastando seus recheados carrinhos de frete rumo às pousadas, ou esperando atentos no cais a chegada de outros ofegantes passageiros. Passavam jovens irretocavelmente animados com suas vistosas mochilas inchadas das quais pendiam chinelos, cabos de panelas descascados e compactos rolos de

⁵ “Oh, como é bonito aqui!”, “Devemos procurar um lugar bem rústico para ficar!”

sacos de dormir. Na sorveteria, estrangeiros experimentavam risonhos sabores raros. Cachorros soltos passeando ao léu, bares e restaurantes cheios. Pela areia, alguém a caminhar, remo na mão (confeccionados, como soube depois por um antigo morador e vizinho nosso ali, em pedaços de madeiras tais como guacá e cubatã), beirando o mar salpicado de lanchas, barcos, botes, veleiros e manchas de óleo. Nos postes, uma confusa profusão de fios elétricos pretos esticados.

A arquitetura das construções com as quais me deparei nas proximidades do cais aglutinava-se num conjunto que me pareceu confuso e desagradavelmente “bagunçado”, principalmente no início de uma das principais ruas locais, a Rua Getúlio Vargas, que atravessa quase todo o Abraão e desemboca no mar, junto à praça. Neste trecho, encontramos bares, restaurantes e pizzarias com suas mesas e cadeiras dispostas na rua, pequenos mercados, agências de passeios de barcos, postos de internet e uma simpática padaria, concorrido pit-stop do pré-embarque. À noite, ali, aparecem as barracas de sanduíches, churrasquinho, crepes, e de vez em quando, um forró faz o povo dançar.

Nesse cenário agitado, esbocei um sorriso ao sentir que a abundância de transeuntes e os “incontáveis estímulos sensoriais” pelos quais eu transitava, traziam-me, amplificados pelo frescor do inesperado, uma fugaz e um tanto exagerada analogia com as metrópoles de “A metrópole e a vida mental”, de Simmel. Estas impressões iniciais dissolveram-se em sutilizas e novidades no decorrer dos picotados e intensos três anos de pesquisa transcorridos desde então.

Não cheguei a refugiar-me no abrigo da personalidade “blasé” para poupar um ataque de nervos como os precavidos personagens urbanos de Simmel, mas fiquei deveras apreensivo e tímido diante do desconhecido porvir do trabalho de campo, aberto pelo abandono e embaralhamento das impressões iniciais que julgara pertinentes à compreensão das questões sociais locais, e que se traduzia freqüentemente num desagradável (desesperador) desamparo interpretativo, um escaldante inferno mental no “paraíso” da Ilha Grande.

No entanto, tal desestruturação foi necessária, e me ajudou a compor de nuances e empolgação o nunca trivial enredo antropológico (acho que meus três anos de pesquisa me permitem dizer isso), e a ver que o paraíso às vezes tinha sabor agridoce. Calibrei meu entusiasmo com uma frase de cabeceira de J. Epstein, sempre estimulante para um jovem estudante inquieto diante de um percurso incógnito:

“Sempre, descobrir, é aprender que os objetos não são o que pensávamos que eram; conhecer ainda mais é, antes de tudo, abandonar o mais claro e o mais certo do conhecimento”. (Epstein, apud Piau, 2000: 83)

Então segui adiante. Vi no trabalho de campo um processo, um itinerário irregular de interpretações e sugestões, uma trilha de possibilidades, clareiras, arapucas e belas praias, e não um precioso e profícuo acúmulo de entrevistas, informações e números a se cruzar e expor num quebra-cabeça teleológico fechado, revelador de uma inabalável e límpida verdade.

Pude perceber ao longo do tempo, fotografando, mergulhando em longos períodos ali, e também convivendo, observando, me divertindo e conversando com moradores, com os outros bolsistas participantes da pesquisa e com minha orientadora, as diversas peculiaridades do Abraão tomarem forma e se transformarem, assim como nossa inserção naquele contexto.

Vi suas ruas vazias na baixa estação preencherem-se de bucolismo interiorano; sua praça principal pipocar em carnavais ao som de músicas de axé projetadas dos pulsantes amplificadores do palco armado na orla; no verão, suas sinuosas e engarrafadas trilhas reverberarem em políglotas trilhas sonoras; seus bacurubus brancos e secos a morrer no verde da mata; suas areias acolherem dorminhocos gringos a tostar serenamente ao sol. Assim como percebi traços em comum com Vila Dois Rios, e, mais amplamente, com o processo de “turistificação” do litoral sudeste, (Luchiari, 2000) e com a atividade turística em geral.

No cais, o principal (um segundo foi construído em 2002 para embarcações de menor porte), o mesmo utilizado pelas barcas, encontramos outros personagens do Abraão turístico, os barqueiros (como são chamados aqueles que trabalham em embarcações de pequeno e médio porte destinadas a passeios turísticos de itinerários variados), disputarem o espaço e os quiçá clientes que por ali vagam. Na noite, freqüentemente atracam ali barcos com material de construção. Material este destinado a suprir os inúmeros canteiros de obras espalhados pelo Abraão, indicando, mais do que a edificação de novas moradias e pousadas, a conjugação de um galopante gerúndio: “construindo”, “transformando”.

Concentrando-se ali a maioria das pousadas da Ilha Grande, poderíamos deduzir que, pela abundância de placas anunciando projetos de construção de pousadas com dois pavimentos, pela freqüente queixa vinda da população “nativa” e de outros personagens locais acerca do aumento, considerado excessivo, do número de pousadas, e da rapidez com que surgem, que o destino deste material é invariavelmente as pousadas.

Porém, este aspecto de “agência imobiliária” (Prado, 2000), que parece próprio ao Abraão, se desdobra numa situação plural. Muitos nativos, como demonstrarei adiante, compram material de construção para erguerem ou reformarem quartos anexos e kitnetes, seja para alugarem para visitantes, seja para abrigarem parentes, ou simplesmente para construírem um “puxadinho”, aumentando o espaço da casa. Assim como pessoas que vieram de fora também adquirem material para suas obras.

Também é importante ressaltar que os projetos de construção, as reformas e as demais obras existentes no Abraão não se desdobram em um estilo definido, ou numa série de estilos catalogáveis. São variadas propostas, valores e objetivos em jogo, assim como varia bastante o capital empregado em cada projeto. Assim, os resultados estéticos são múltiplos. Tampouco são propostas colocadas em prática apenas por determinado segmento social cujos contornos possam ser facilmente delimitados. Desenvolverei estas questões ao longo de texto.

No primeiro capítulo tratarei de como se deu a “chegada do turismo” na Ilha Grande, e de forma mais específica, no Abraão. Sabendo que a atividade turística acontecia de maneira branda antes da desativação do Presídio Candido Mendes, e que após esta, se intensificou

bastante. Novos e díspares moradores, dentre os quais empreendedores ligados a pousadas e a toda uma gama de comércio e serviços vieram coexistir no mesmo espaço que a população nativa, gerando uma nova “realidade” local, novas formas de negociação, novos códigos e valores que transformam e dinamizam as relações sociais entre os diversos atores presentes neste contexto, e também modificando o espaço físico num Abraão agora voltado para o turismo. Turismo este que se traduz em variadas propostas e estéticas.

No segundo capítulo desenvolverei as questões ligadas às hospedagens encontradas no Abraão, as quais classifiquei em cinco vertentes: três tipos de pousadas (“sol e mar”, “verdes” e “improvisadas”), quartos e kitnetes, e finalmente, os campings. De forma mais aprofundada, me deterei nos dois primeiros tipos de pousadas e, num exame mais sucinto, abordarei a questão das kitnetes e quartos disponíveis para aluguel e dos campings.

* * *

Para desenvolver a pesquisa, foram realizadas 34 entrevistas, 7 delas com gravador, posteriormente transcritas, de fevereiro de 2001 a julho de 2003. Fiz uso de um roteiro aberto, tentando conduzir (e ser conduzido) as conversas de forma a deixar o entrevistado à vontade para falar, evitando comentários, porém não os descartando quando percebia que estimulariam a conversa, nem que fossem expressos por um entusiasmado sorriso ou uma afirmação singela ao inclinar a cabeça levemente. Um cafezinho sempre caía bem, também. Foi igualmente constante o recurso a registros visuais, observação participante, análise de

material impresso (documentos oficiais e locais) e internet (análise de sites de pousadas, etc).

1. Um novo “Eldorado”: a “chegada do turismo” no Abraão

1.1 “Bem vindo à Ilha Grande”: a população nativa e a vinda de novos atores sociais

Um exemplo no qual podemos perceber marcas da história recente da Ilha Grande e talvez assim compreender com mais clareza o que acontece ali hoje em dia, são as minuciosas revistas aplicadas pela polícia, sob a alegação de que são “suspeitos” os turistas que chegam das barcas, no cais do Abraão. Consideradas constrangedoras por estes, a prática de tais revistas faz sentido para autoridades cujos valores e códigos usados no tratamento ao turista são expressões de um *ethos penitenciário*⁶. *Ethos* este que permeia as relações na comunidade, e desta com os turistas em Vila Dois Rios (Prado, 2000; Gomes, 2003; Santos, 2004). No Abraão, grande parte da população nativa afirma ser um dos principais problemas locais a entrada de “tóxico”, “trazido por pessoas estranhas, de fora”. Queixa à qual associam a insegurança local decorrente da desativação do Presídio, e que se insere na

⁶ Segundo Gomes (2003), o *ethos penitenciário* de Vila Dois Rios, envolvendo as relações entre policiais e turistas também no Abraão, provém de um histórico de “indivíduos irmanados pelo cotidiano do trabalho em uma penitenciária, pelas relações hierárquicas de uma instituição militar, pelas particularidades do serviço público, pela interação com os detentos, pelo contato com organizações criminosas, pela proximidade de ações violentas entre presidiários, guardas penitenciários e policiais, pela ingerência constante do Estado na vida comunitária” (Gomes, 2003).

construção de uma memória coletiva nativa que idealiza o passado “antes do presídio” e problematiza o presente, no qual “o pessoal de fora” torna-se o símbolo recorrente desta narrativa da perda. Em um depoimento, ouvimos:

“Olha , é o que eu tô te falando, piorou muito mais aquela bagunça, gente de fora, muita gente estranha. Que antigamente era limitado, por causa do Presídio era limitado o número de pessoas estranhas na Ilha. Hoje, entra quem quer, vai ficando quem quer. Coisas que nunca aconteceram... esses tempos aconteceu até assassinato.”

O *ethos penitenciário* aparece nas atividades da polícia do Abraão prioritariamente no combate às drogas, sua principal meta. É comum avistarmos faixas penduradas na entrada do cais exaltando, com dizeres e números, a eficiência da corporação nessa frente de atuação. O que não é exatamente o “Bem vindo à Ilha Grande” que talvez esperaríamos os turistas, e, no entanto, chegou a figurar nos planos da prefeitura (Plano de ocupação urbana da Vila do Abraão) fixar uma placa com estas palavras de boas vindas na parede do Grupamento Marítimo, em frente ao cais.

Material considerado apologético às drogas, como camisetas estampadas com a imagem de Bob Marley, cachimbos em forma de bruxa esculpidos em madeira e bonés com o desenho da folha de cânhamo são apreendidos pela polícia e exibidos numa sala do Departamento de Polícia com janelas abertas para a rua (ao qual as pessoas do lugar se referem como “o museu do DPO).

Também é relevante, para entendermos a “agência imobiliária” que é o Abraão, pensarmos a Ilha para além das suas praias, contextualizando-a no quadro histórico e econômico de Angra dos Reis (município do qual a Ilha Grande faz parte) e do Brasil. Alguns fatos e processos históricos permitem fazermos conexões que julgo pertinentes com as questões próprias à Ilha, ajudando-nos a entender como se viabilizaram condições propícias para a “chegada do turismo” e a conseqüente diversidade arquitetônica das hospedagens. Uma vez que referência ao passado é constantemente retomada pelos personagens locais para se avaliar o presente, a busca de um entendimento sobre outrora pode ser pertinente para se compreender as questões atuais.

Segundo Ramuz (1998), são três os ciclos econômicos importantes na história da Ilha Grande: o das fazendas exportadoras de açúcar e café nos séculos XVIII e XIX; o dos presídios (Lazareto – 1884 até 1954 e o Presídio de Dois Rios – 1903 até 1994) e das fábricas de sardinha (década de 30 até década de 70); e o terceiro, o turismo. Este terceiro ciclo, em que há uma coexistência de personagens até então inédita na Ilha Grande, proporciona uma intensificação de conflitos entre códigos e valores quanto à arquitetura, ao turismo, à relação com o meio ambiente e outros aspectos em jogo na trama social. Conflitos nos quais alguns grupos vêem certas estratégias e práticas sociais como prejudiciais à Ilha, como a degradação da natureza local, ou uma maneira “incorreta” de se lidar com os turistas. Dentre estes aspectos negativos, o desmatamento da floresta é recolocado de forma amenizada por Wunder. De acordo com a tabela a seguir, no período atual da atividade turística, a floresta não sofreu impactante desmatamento, a não ser nas áreas das encostas.

TABELA 3: Prováveis impactos de ciclos produtivos diferentes na floresta

CICLO	PERÍODO	IMPACTO NA FLORESTA
Caçadores e coletores	1.000 d.C. - Pré-conquista	Extinção de mamíferos Extração seletiva e limitada de árvores
Corte-e-queima tupinambá	Período pré-conquista	Extinção de mamíferos Extração seletiva de árvores Modificação extensiva da floresta
Extração de pau-brasil	Período colonial	Extração seletiva de árvores
Extração de óleo de baleia	Período colonial	Neutro para a floresta
Proibição de assentamento	Período colonial	Neutro para a floresta
Corte-e-queima caiçara	Período pós-conquista	Extinção de mamíferos Extração seletiva de árvores Modificação extensiva da floresta
Período de plantação (açúcar, café etc.)	século XVIII e XIX	Desmatamento intensivo de vales e áreas próximas à costa Degradação durável do solo
Crescimento da pesca	cerca de 1940-80	Neutro para a floresta
“Setor de serviço” (tráfico de escravos, hospital, reformatório)	século XIX e XX	Neutro para a floresta
Crescimento do turismo	1990- até agora	Amplamente neutro para a floresta
Crescimento da construção	1990- até agora	Desmatamento próximo à costa

Fonte: Resumo da literatura sobre a história da Ilha Grande.
(Wunder, 2000)

A especulação imobiliária se intensificou no litoral sudeste a partir de 1974, com a construção da BR 101 (Rio-Santos) que facilitou, como outras estradas nacionais projetadas

durante o *milagre brasileiro*, o acesso a lugares antes remotos. Acelera-se também na Ilha o processo de valorização imobiliária. Muitos moradores vendem casas e terrenos, partindo para o continente ou para as encostas dos morros no Abraão. Como nos relata um entrevistado:

“Th!!, na praia da Longa, saiu a metade da população, que teve um argentino que comprou, foi todo mundo embora, depois teve muitos que andaram aí, quase mendigo. É uma coisa que eu digo, quem tem seu terrenozinho na Ilha Grande, não venda que você vai passar mal... se você não tiver um dinheiro pra sobreviver você passa mal.”

Sentença que se assimila à situação descrita por Luchiari em seu texto sobre o turismo no litoral paulista:

“Atualmente, há entre os caiçaras uma consciência intrínseca de que a posse da terra é condição determinante para a sobrevivência de sua população nessa região.”(Luchiari, 2000: 145)

A propósito deste assunto, alguns ambientalistas propõem o “congelamento” das construções na Ilha, assim como se referem a trechos do litoral ilhéu em que há grande quantidade de praias e propriedades privadas, vistas num mapa como “teclas de um piano”. Afirmações colocadas em tom de preocupação quanto à política de uso do solo e com as ambições turísticas de grandes grupos empresariais em outras praias da Ilha, e que encontra graves ecos no pensamento de Henry Thoreau:

“(...) é possível que chegue o dia em que a terra estará dividida em diversas áreas de lazer – é esse o nome – nas quais alguns poucos terão apenas o prazer estreito e exclusivo; as cercas se multiplicarão; serão inventadas armadilhas e outras engenhocas para confinar os homens aos caminhos públicos; e andar pela superfície da terra de Deus

terá um novo significado: o de invadir as possessões de algum senhor respeitável.”(Thoreau, 1984: 90)

Preocupação que se volta, por exemplo, para o futuro de Vila Dois Rios, área considerada pela prefeitura de Angra dos Reis, durante um seminário para entidades e a população local realizado para se discutir as “Diretrizes para a elaboração do Plano Diretor de Angra dos Reis”, como Zona de Interesse Turístico 4 (ZIT4). Nessa área, seria permitida a construção de empreendimentos turísticos de grande porte como resorts, hotéis, marinas, restaurantes, bares, shoppings, parques temáticos, similares”. (Diretrizes para a Elaboração do Plano Diretor de Angra dos Reis, PMAR, 2002)

Em 1971, a criação do Parque Estadual da Ilha Grande trouxe uma legislação prevendo punições para a prática de atividades então essenciais na vida da comunidade: pesca, retirada de madeira da mata, caça, roça. Ouvimos no relato de um “nativo”:

“Ninguém nunca lá em casa nunca foi empregado, nós sempre trabalhamos na roça do meu pai. Depois de uma certa idade, aí , saí pra pescar, lá pro lado sul, lá pra Santos, pro Rio. Mas hoje em dia não pode mais fazer roça.”

Outras inquietações com a perda de práticas tradicionais se adicionam à chegada destas legislações:

*“Meu pai cortava um (bacurubu) e plantava dois. Daqui a 20 anos, meu menino não vai saber o que é um “bacurubu.”*⁷

⁷ Espécie de árvore encontrada na Mata Atlântica da Ilha Grande, importante para a cultura local, e que entre outros usos, servia para a confecção de canoas

Diz outra entrevistada:

“Aqui não pode cortar uma cana que o Ibama vai lá e prende. Aí vem uma pessoa grande que tem dinheiro e poder e ninguém faz nada. Porque um morador não pode cortar um galho e outros podem destruir para fazer pousada”.

Além da polêmica proliferação de pousadas, também vemos outras manifestações do contínuo processo de construção desfilarem, num gerúndio de tirar o fôlego: vemos a Assembléia de Deus, situada na homônima Rua da Assembléia elevar-se com um segundo andar para o pastor, vemos novas e ecléticas hospedagens se erguerem, assistimos à construção de quartos anexos e kitinetes, e atentos escutamos sussurrados relatos hitchcockianos sobre “coisas estranhas” sendo construídas e arquitetadas nos campings e terrenos “lá em cima”, ou seja, nos tortuosos caminhos e bifurcações das encostas. Como nos relata um entrevistado que mora na encosta, e que fazia um trabalho num camping:

“Aquilo ali... o que rola alí dentro... Inclusive hoje eu tava trabalhando pra ele lá. Eu vejo certas coisas alí que...(...) É, fazendo uma cerca pra ele lá. Eu trabalho lá mas fico de olho. Pessoal que eu vejo entrar lá não é gente boa.” Relato ao qual segue-se: *“Lá perto da minha casa tem uma casa que era até a casa do meu irmão. Que tá alugada pruns caras lá que é...fica droga lá direto”.*

Tais obras citadas não são, reafirmo, necessariamente empreendidas por um grupo específico e conhecido. Mais interessa, nesse cruzamento de imputações negativas, aprofundarmo-nos no porquê dessas imputações. Não vem ao caso tentar procurar verificar

uma compatibilidade entre os discursos estigmatizantes e o que “acontece realmente”, e sim determo-nos na qualidade destas classificações, em seus contornos. No caso das construções percebidas negativamente por parte da população nativa, feitas nos campings das encostas, empreendidas por “pessoas estranhas”, as quais são por vezes vistas como tendo ligações com tráfico e consumo de drogas, estas são fenômenos problemáticos por seu caráter nebuloso, onde poucos são os que sobem e as vêem e muitas são as histórias obscuras que descem e se espalham. Por serem aspectos que alimentam uma sensação nativa de perda de um território, sobre o qual eles não teriam mais controle, o qual, por uma longa ligação cultural e afetiva entendem como “seu”.

1.2 No stress Ilha Grande?: visões, versões e conflitos

Ao longo dos anos que se seguiram à desativação do Presídio, em 1994, seguiu-se um forte processo de “turistificação”⁸ de grande parte das localidades da Ilha e principalmente do Abraão. Percebemos modificações e intervenções arquitetônicas marcantes em muitas áreas desta vila, acompanhadas do surgimento de uma vasta gama de comércio e serviços (galeria de arte, videolocadora, escritório de arquitetura, restaurantes, cabines de acesso à internet, agências de viagem, salão de cabeleleiro unisex, massagistas, loja de informática, tv via satélite, etc) voltadas para um modelo de turismo que parece vingar no Abraão, cujas características aparecem em construções de forte impacto estético, tais como as fachadas

⁸ Este termo vem da geografia, significando “a apropriação de um território pelo turismo, como um processo que afeta tanto as dimensões materiais como, fundamentalmente, as simbólicas de uma sociedade” (Ferreira, 2004: 75)

das lojas e pousadas. Modelo sustentado por um discurso apresentando as vantagens do acesso do turista a variadas opções de consumo e conforto.

Para a população local, o trabalho nessas atividades aparece como principal e quase inevitável fonte de sustento. Trabalham principalmente no comércio e nas pousadas. Contavam-se, em 1988, 2 “pousadas”, 2 “hotéis”, 2 campings e 1 restaurante; em 1991, 4 hotéis, 2 pousadas e 33 bares. Em meados de 2004, segundo uma lista da Prefeitura de Angra dos Reis (março de 2004), existem no Abraão 46 pousadas legalizadas e 32 não legalizadas. Entre os campings, são 5 legalizados e 14 não legalizados.

O Abraão, após a implosão do Presídio, passa a ser visto como uma espécie de “Eldorado do turismo” (designação também exposta às mais diversas interpretações), atraindo pessoas de Angra, do Rio, da Bahia e do mundo. Veranistas e viajantes passam a freqüentar intensamente a Ilha, vendo-a como lugar ideal não só para passeios e devaneios, mas também para morar e investir. Para a população nativa, a ambigüidade da “chegada do turismo” se revela em aspectos considerados negativos, como a descaracterização do lugar, a perda de território, etc, e positivos, como novos empregos, o reconhecimento por parte dos “de fora” de um cenário deslumbrante, a melhoria no atendimento médico, e, para os jovens nativos, a festiva proliferação de flirts diante da vistosa incandescência de algumas turistas estrangeiras.

Desembarcaram no “paraíso ecológico” (como é referida a Ilha Grande em diferentes instâncias), empresários ligados a grandes grupos empresariais; pessoas que juntaram

dinheiro planejando investir em algum empreendimento; outros esperando encontrar alguma ocupação ao chegar e turistas deslumbrados com o lugar, onde resolveram ficar.

Todos falam da vocação da Ilha para o turismo. Vocação esta que, assim como o “turismo”, esbanja polissemia, e traduz-se para alguns na necessidade de construir e fazer o Abraão “crescer” para então oferecer infra-estrutura e serviços de “excelência”, e outros vêem a necessidade de se preservar a beleza cênica local mantendo a feição de “vila” do Abraão.

Nesse novo contexto marcado pela atividade turística, se percebe a existência de uma concorrência, que aquece os ânimos e se exprime em práticas e discursos envolvendo mais ou menos explicitamente segregação e desqualificação de estratégias sociais alheias de inserção nesta lógica, o que deixa margem igualmente à criação e reforço de estigmas. Nas revistas praticadas pela polícia, por exemplo, é comum os turistas reclamarem que estas são “dirigidas”, visando somente um tipo de turistas: jovens, de cabelos longos, vestidos de uma certa forma (“mochileiros”), imagem na qual a polícia veria possíveis portadores de drogas.

No que concerne ao mundo das pousadas e das hospedagens, podemos ver alguns exemplos, como foi o caso de um número do jornal local “Eco” cujo editorial do número 11, datado de março de 2001 tece claramente a idéia de que o turismo ideal para a Ilha seria “*um turismo de qualidade internacional*”, oposto a um “*turismo de massa*”, e que segundo lemos, alimentaria “*a economia informal, sufocando financeiramente o Estado/Município, desqualificando a Ilha Grande como um bom destino turístico.*”

Ainda nesse eixo, a discussão em torno da “capacidade de carga” do Abraão se traduz em propostas de aumento do preço da passagem da barca, o que, segundo alguns associados da AMHIG (Associação dos Meios de Hospedagens da Ilha Grande) frearia a entrada dos turistas “*de baixa qualidade*”, “*turistas de um dia*”, que não deixariam divisas para os comerciantes e pousadeiros locais, seriam os “duristas”, “baderneiros”, sujariam as praias, as trilhas e a imagem da Ilha Grande como bom destino turístico nas mídias e mentes, desestimulando a vinda dos “devidos” turistas.

As disputas envolvidas nesse cenário marcado pelo turismo emergem em múltiplas situações e palcos, disseminando-se vigorosamente nos contextos que abarcam as gamas de serviços à disposição dos turistas. Os já citados barqueiros, que trabalham seja para agências de passeio seja por conta própria, proporcionaram episódios em que a discórdia a propósito de preços ocasionou confrontos físicos e barcos danificados.

Forma-se assim uma teia de relações sociais tensa e complexa, em que há “disputa de valores”, “disputa por território e trabalho com os novos moradores”, “problemas de infraestrutura” e “densificação e excessos de todo tipo (gente, demandas, serviços, construções)” (Prado, 2003) e onde interesses, códigos e valores conflitantes coexistem num mosaico ideológico e arquitetônico.

Nesse contexto de interação desses novos personagens com a população nativa, o cenário arquitetônico sofre, como disse acima, também importantes transformações. Ocorre uma reorganização espacial advinda da presença de uma pluralidade de valores, interesses e maneiras de lidar com o turismo e com a paisagem natural. Dois elementos evidentemente

entrelaçados num contexto em que o turismo depende da atração paisagística e apelos estéticos para seduzir os visitantes. Podemos lembrar Luchiari, quando esta diz, referindo-se ao turismo no litoral norte paulista:

“O próprio espaço litorâneo - como recurso paisagístico – é que se transformou no maior “produto” econômico da região” (Luchiari, 2000: 137)

Ou ainda pensar na idéia de beleza cênica e preservação destes destinos turísticos como fonte de prazer estético para as camadas médias urbanas. (Diegues, 1997)

Assim, a questão de como lidar com a paisagem local e o discurso de preservação que circula pela Ilha é absorvida de formas variadas. Todos sabem que estão no que a mídia, as autoridades e os próprios moradores designam como “paraíso ecológico”. Raramente, quando o assunto é zelar pela Ilha, não segue este epíteto, seja nas conversas, nas reuniões, nos cartazes ou num relance de conversa captado na rua.

A riqueza de interesses, discursos e versões, percebidas nas falas, nas conversas, nas estéticas e conflitos, reflete uma diversidade que se expressa em todos os planos, inclusive no espaço físico.

1.3 Caminhos do Meio: construção social dos espaços

Há, no Abraão, uma divisão territorial à qual todos se referem, entre três áreas. Para quem chega do mar pelas barcas, do lado direito do cais fica a *Vila*, onde estão a Escola, o Corpo

de Bombeiros e as casas pertencentes ao Estado nas quais ainda moram funcionários aposentados do Presídio. São casas padronizadas, sejam confeccionadas de longas tábuas de madeira escura sejam de cimento, ambos os modelos possuindo somente térreo, muitas delas com uma pequena varanda. À esquerda, fica o *Meio*, espaço que alguns subdividem em *Meio* e *Canto*, este sendo a parte extrema da praia junto à trilha que leva a outras duas praias: a da Júlia, mais próxima, e o Abraãozinho.

A comparação entre esses espaços (Vila x Meio/Canto) distintos e distantes pelas diferenças na disposição das ruas e casas, é uma rica fonte informativa sobre a reorganização arquitetônica ao longo dos anos. A *Vila* guarda um agradável descompasso temporal em relação ao agito e ocupação do *Meio*, assim como parece como que alheia às “densificações” do “outro lado de lá”. Tem sofrido brandas mudanças na sua organização geográfica e arquitetônica. Passeando-se por suas ruas, observando-se as casas, o cenário parece mais “aberto”, “arejado”. Durante a época de férias, no entanto, alguns moradores alugam espaços em seus jardins para turistas acamparem. Alguns desses quintais ficam apinhados de barracas. A percepção de uma situação oportuna para ganhar algum dinheiro extra com o turismo faz com que outros sinais dessa atividade apareçam ali, principalmente no verão, ou na época do Festival de Música Ecológica da Ilha Grande, como carrinhos de cachorro quente e placas de vendas de diversos produtos, com sacolé e refrigerantes, penduradas na frente das casas.

O *Meio* condensou agudas mudanças durante o período recente da intensificação do turismo. Logo na frente do cais de chegada das barcas fica uma grande pousada de dois

andares e 14 quartos, cuja extensa parede lateral, desprovida de janelas, é inevitavelmente percebida da praça principal da Vila.

No Bougainville, um corredor comercial de chão de pedras retangulares, situado em frente ao segundo cais da Vila, encontramos lojas de souvenirs, estúdios de tatuagem, ecléticas pousadas, lanchonetes “fast-food”, restaurantes de comida a quilo, um pequeno mercado, e, na entrada do caminho, uma antiga fabrica de sardinha transformada em pousada. É, assim como a pousada ao lado da praça, um símbolo do confronto entre a feição original da vila e aquela introduzida recentemente. Um confronto que encontra entusiastas em seus dois pólos.

Esta construção simbólica dicotômica da compreensão do espaço local, que poderia ser assimilada, se assim a expuséssemos, como uma rasa e inocente separação entre “moderno-perverso” e “tradicional-vítima”, se revela, porém, não descartável, mas de uma pertinência insuficiente para lidarmos com as questões sociais locais, pois que neste cenário de atores díspares, se dissolve em graus e nuances fluidas. Este contraste estético, no entanto, não estava previsto no Plano de ocupação urbana da Vila do Abraão, onde lemos no item “Preservação do patrimônio construído”:

“Todo o casario situado na área que se convencionou chamar de “Entorno da Igreja São Sebastião”, compõe um conjunto arquitetônico de relevante interesse histórico e ambiental. Ali está a forma original da cidade do Abraão em suas proporções, textura e singularidade. O Plano de Ocupação Urbana deve garantir a preservação dessas edificações, através de medidas como o tombamento e estímulos fiscais.” (Plano de ocupação da Vila do Abraão, Prefeitura de Angra dos Reis)

Da mesma forma, num capítulo adiante sobre as proximidades do Bugainville, lemos:

“A ausência de regulamentação urbanística favoreceu o surgimento de uma das áreas mais degradadas do Abraão. O prédio da antiga fábrica de sardinha foi subdividido e transformado em um conjunto comercial, no térreo, e uma pousada no andar superior. O resultado é desolador: pobreza estética e poluição visual; instalações hidráulicas e elétricas irregulares; alta concentração de atividades; derrubada da vegetação existente, etc.”

Percebemos, expressos nestes trechos elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento de Angra, basicamente uma preocupação em como abordar e receber eficientemente e proveitosamente o turismo. Daí a necessidade de se conservar o patrimônio arquitetônico, o que parece lógico num âmbito de cuidado com os atrativos e potenciais atrativos locais, procedimento indispensável a todo sítio turístico. Porém cabe analisar de que forma é concretizado esse cuidado. A palavra “cidade” parece se inserir numa lógica que entende o turismo necessariamente como fator de potente transformação espacial. Seria o caso da praça central ser apenas um vestígio de uma Vila “primitiva”, uma espécie de centro histórico, envolvida pelos “novos bairros”?

A praia, nesta área do Meio, se tornou especialmente valorizada, um produto essencial a ser vendido pelo modelo de turismo que predomina no Abraão. Assim, foi grande o número de nativos que foram morar nas encostas, onde era mais barato, instalando-se nos estreitos caminhos e trilhas em que se afunilam as ruas à medida que subimos. As encostas, por outro lado, constituem também um espaço cobiçado por empreendedores e turistas que valorizam e reivindicam um outro modelo de turismo para o Abraão, que consideram o

mais adequado ao cenário local. São pessoas que afirmam compartilhar ideais “ecológicos”, e que optam por se hospedar e construir pousadas que designam freqüentemente como “alternativas” a um modelo de turismo que chamam de “perverso”.

Ao longo de toda a extensão da praia, passamos por restaurantes, pousadas, farmácias, supermercados, agências de passeio de barco. Comércio e serviços voltados para abastecer os turistas.

Ao encostar da barca, é modesto o número de turistas que se dirige rumo à *Vila*. Como ali não existem nem pousadas nem campings (ao menos espaços reconhecidos por todos como tais), quem vemos ir para a Vila quase sempre são seus moradores.

Em épocas de férias, quando o trânsito de turistas aumenta, esta diferença se exacerba, e quase toda a leva de passageiros se dirige para o Meio, a caminho das pousadas, kitnets, suítes, campings e restaurantes. Nesses mesmos períodos, no entanto, cresce o número de turistas que se dirigem à Praia Preta, cujo caminho passa pela beira do mar em frente da Vila.

Ao chegar na Ilha, os visitantes tem à disposição um sortido leque de opções de alojamento. Ainda na barca, é comum serem abordados por pessoas oferecendo quartos, kitnetes, pousadas e passeios de barco. Estas pessoas que no cais oferecem quartos aos turistas são chamadas pelos atendentes da cabine da AMHIG, localizada na saída do cais, ao lado da bilheteria das barcas, de “flanelinhas”, numa alusão pejorativa ao onipresente e incômodo personagem das ruas das cidades grandes. Afirmam ser este procedimento de uma

insistência descabida e constrangedora para o turista, comprometendo a imagem do turismo local, e “atrapalhando” donos de pousadas que seguiriam um procedimento de aproximação mais “adequado”. Segundo eles, as reclamações vindas dos visitantes a esse respeito são freqüentes. Nesse conflito, mais do que possivelmente “manchar” a imagem da Ilha, o que se percebe é que essa abordagem não se insere num conjunto de práticas caras ao modelo de turismo desejado e visto como o adequado à Ilha por grande parte dos associados. A AMHIG oferece aos turistas que chegam no cais panfletos dispostos na sua cabine em função do preço das pousadas, disponibilizando atendentes para tirar dúvidas e dar as informações desejadas.

Uma das coisas que os agenciadores (como essas pessoas que oferecem hospedagem no cais são chamadas pelos donos de pousadas que contratam seus serviços) fazem questão de assegurar ao abordar os turistas é o fato de trabalharem para um grande número de pousadas. Assim, estão devidamente uniformizados, com camisetas e bonés de sites sobre a ilha (principalmente www.ilhagrande.com.br e www.ilhagrande.com). Estes gestos podem ser entendidos como parte de um discurso de caráter defensivo, acionado no intuito de deter a imagem de “aventureiros”, e de “proveitadores” que recai não raro sobre eles, sob a designação de categoriais depreciativas como aquela já citada de “flanelinhas”. Enfatizam, deste modo, seu não pertencimento a essa categoria vista como ameaça por moradores, donos de pousadas e turistas, ao mesmo tempo em que tentam afirmativamente garantir seu lugar ao sol neste que é agora o eixo econômico do Abraão, o turismo.

A “adequada” inserção no “mercado” turístico, percebida de modos distintos entre os entusiastas de variados e nem sempre identificáveis modelos de turismo, constitui um

critério valioso, refletido nas classificações feitas pelos personagens desse universo – classificações feitas de acordo com práticas, condutas e propostas estéticas tidas como aceitáveis ou condenáveis. No caso de muitos pousadeiros, é percebida como ameaça ao turismo a prática de “pesca ao turista” no cais. Esta prática é também considerada problemática por tais pousadeiros no sentido de condensar - juntamente com os “nativos” que alugam suítes e almejam construir pousadas sem, segundo eles, possuírem o devido “kown how” - os motivos para suas preocupações quanto à proliferação de opções de alojamento capazes de desviarem seus potenciais clientes. Reforçando esta crítica, alertam para o que identificam como um “processo de favelização do Abraão”. Aspecto a propósito do qual, argumenta Vilela:

“Nesta visão de mundo, existe a crença de que se “nada for feito”, os problemas comuns à cidade se repetirão de forma inexorável nas comunidades da Ilha Grande.” (Vilela, 2004, 79).

Por outro lado, na visão de parte dos moradores “nativos”, a preocupação é expressa quanto a uma invasão de um território construído e percebido com qualidades que não comportam estes novos atores sociais, que acabam entrando numa categoria mais ampla à qual é associada um perigo de perda da identidade nativa, a dos “de fora”, na qual os pousadeiros também por vezes são enquadrados.

A classificação de alguns personagens como “flanelinhas” por parte de pousadeiros e moradores, por razões diferentes, é um fenômeno que ilustra o complexo quadro de tantos atores.

A necessidade de se oferecer ao turista algo sedutor se traduz nas hospedagens e no comércio em propostas de teor e nuances ora agudas ora discretas.

Artesãos nas suas barracas instaladas na praça principal e cercanias em ocasiões festivas (carnaval, feriados, etc) ou nas feiras de artesanato organizadas dentro do Casarão de Cultura, vendem, a um público diversificado, colares de conchas, miçangas e madeira, blusas, cachimbos, brincos, porta retratos adornados com conchas. As lojas localizadas na praça e na Avenida Beira Mar, local de constante trânsito diurno e noturno, oferecem incensos, cangas, esculturas em forma de golfinho, e as ubíquas camisetas com estampas “No Streets, Ilha Grande”, etc. Em sua maioria, são produtos encontrados em muitas localidades turísticas conectadas por uma globalização turística que os adapta de forma superficial às localidades em que se encontram. Produtos que não carregam em si marcas de um contexto social e histórico específico, mas sim de uma conjuntura transnacional.

2. Arquitetura do turismo: a estética das hospedagens no

Abraão

2.1 Quando o mar traz os de fora

Muitas das primeiras pousadas no Abraão eram de estuque (casas de pau-a-pique), ou de estilo colonial, parte das quais moradias adaptadas. O dono da mais antiga pousada, ainda

hoje funcionando no Abraão, inaugurada em 1970, comprou-a quando ainda era uma casa “simples, colonial”, conta, e, ao longo de mais de três décadas, acrescentou um andar, um restaurante e outros quartos (eram apenas dois no início). O nome desta pousada, aliás, evocado por muitos nativos nas entrevistas, integra-se à coloração nostálgica que ressalta em suas narrativas: “Mar da Tranqüilidade”. Tranqüilidade que muitas vezes em seus discursos, parece ter sido levada quando o mar trouxe “os de fora”.

Em alguns casos, em localidades onde houve este confronto entre o modo de vida local e os novos valores introduzidos pelo turismo, a manutenção aparente de uma arquitetura típica da localidade não exclui a tendência desestruturante do turismo. Ao contrário, muitos aspectos da cultura local são incorporados na estratégia estética do turismo como apelo e sinais, freqüentemente apenas aparentes, de uma preservação de toda uma cadeia de práticas “tradicionais”. Em Praia do Forte, BA, por exemplo, onde foi forte o impacto da atividade turística na população e no espaço, adotou-se uma medida no Plano Diretor, documento que regula práticas e políticas de ocupação e uso do espaço local, que exigia que os nativos conservassem a arquitetura original de suas casas como atrativo turístico, e

“determinava aos compradores de lotes para a construção, que não ultrapassassem os dez metros de altura e utilizassem madeira, cerâmica e palha como materiais.”(Lorenzo, 2000: 6)

Esta proposta privilegiando um “mito da arquitetura intocada” compartilha posição similar ao “mito da natureza intocada” descrito por Diegues (1998). Ainda nesta questão, Nestor

Canclini, em seu livro *Culturas híbridas* (1997) nos alerta quanto à “encenação do popular” fabricada outrora por antropólogos folcloristas e difundida no imaginário cosmopolita:

“o popular como resíduo elogiado: depósito de criatividade camponesa, da suposta transparência da comunicação cara a cara, da profundidade que se perderia com as mudanças ‘exteriores’ da modernidade”(Canclini, 1997: 209)

Esta idéia circula pelo Abraão e permeia as opiniões de muitos donos de pousada, como falarei adiante.

O cruzamento deste e de outros discursos se desdobra na variada propaganda utilizada por pousadas e campings. Uns oferecem o verde, a calma, o canto dos pássaros; outros, a agitação noturna, a comodidade do frigobar, do ar condicionado; outros, a vantagem do preço mais baixo.

Como resultado do estudo da arquitetura das hospedagens na Vila do Abraão, proponho um modelo baseado numa classificação em cinco vertentes. Dentre essas, me detive principalmente nos dois primeiros modelos propostos, o das pousadas “sol e mar” e o das “verdes”, pressupondo que numa análise mais apurada destas, a pesquisa se desdobraria em resultados mais ricos e dentro das minhas possibilidades do que se me propusesse a um estudo profundo abrangendo todo o conjunto de estéticas e estilos das hospedagens do Abraão.

Percebi, no decorrer da pesquisa, o fato de estarem em jogo, além das diferenças ideológicas e estéticas que justificam as fronteiras entre os tipos propostos, uma circulação e troca constante de idéias e práticas sociais entre as pessoas e grupos referidos a cada tipo. Percebi igualmente a rapidez com que chegam novos habitantes e surgem novas obras como fator de dinamização da cultura e do espaço local. Por exemplo, no Tribus, um bar bastante freqüentado do Abraão, que já teve vários nomes e propostas, é comum esbarrarmos volta e meia com expoentes dos mais diversos grupos. Se acreditássemos na validade de categorias rígidas, tentadora armadilha na qual se pode cair numa análise ligeira, seria com aborrecedora perplexidade que veríamos, como acontece ali, o convívio de calorosos brindes entre representantes de muitos “mundos” teoricamente conflitantes.

Como em geral se reconhece a propósito de modelos, e referindo-nos ao conceito de tipo ideal de Weber (1904), devemos lembrar que não há uma sobreposição ou compatibilidade total entre os tipos que proponho e a complexidade da situação encontrada ali.

Não pretendo neste trabalho guiar-me unicamente por uma “classificação” dos turistas construída por categorias acionadas por alguns grupos no Abraão. Categorias tais como “mochileiro”, “nouveau riche”, “clientela seleta”, “turistas de qualidade” “surfistas”, “pessoal da baixada”, “duristas”, “baderneiros”, etc. Vejo, no entanto, como ferramenta útil a análise dessa classificação, uma vez que são expressões de um discurso vindo muitas vezes dos donos de hospedagens. Como tal, não cabe ignorar instrumentos e estratégias discursivas pertencentes a este universo, que refletem não só a percepção deste pelos personagens que constituem meu objeto de pesquisa, mas igualmente apontam para caminhos de um denso mapa de interpretações incrustado numa cena marcada

freqüentemente pela criação de uma série de estigmas, concorrência e possibilidades. Porém, na utilização destas categorias, se não forem consideradas cautelosamente no decorrer da pesquisa, pode-se cair na reafirmação perigosa de estereótipos que nos afastariam do objetivo de compreender os processos sociais na sua complexidade. Tomo então a colocação de Barthes:

“...o sentido de uma obra (ou de um texto) não pode se fazer sozinho; o autor produz apenas sugestões de sentido, de formas, e, se quisermos, é o mundo que as preenche.” (Barthes, 1964: 9)

E a lucidez de Hall:

“Tudo que dizemos tem um “antes” e um “depois” – uma “margem” na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença).”(Hall, 2002: 41)

Assim é que acho mais pertinente sugerir interpretações sobre a maneira como os pousadeiros constroem o perfil do turista ideal, como lidam com clientes e “concorrentes”, hipóteses que talvez possam nos ajudar a compreender as idéias deste grupo relativas não somente a estas questões, mas também à Ilha, seus problemas e sua população.

2.2 Pousadas e “pousadas”

“Ela estava arrodada de seus cosméticos como de um aparelho delicado e espiritualizado de uma civilização” (Proust, 1989: 189)

Proponho, então, um primeiro tipo de pousada, as do tipo **“sol e mar”**. Uma recorrente preocupação dos donos é a de suprir seus hóspedes com grande quantidade de serviços, valorizando o conforto de se ter frigobar, ar condicionado, salão de jogos, salão de café, videolocadora. Aspectos que garantam a estada confortável do hóspede nas dependências da pousada. *“O turista precisa de conforto”* afirma uma dona desse tipo de pousada. Existe o cuidado de agradá-lo através da decoração e do que consideram os donos como um rebuscamento interno, apropriado, segundo eles, à clientela.

Na orla achamos exemplares, inevitavelmente explícitos para quem chega no cais, por serem de grande porte ou estarem pintadas com cores vivas. Esses aspectos são justificados pelo imperativo de apresentar um *“estilo diferente para chamar a atenção”*, *“para se diferenciar e atrair o turista de melhor qualidade”*, é o que me relata o arquiteto responsável por aproximadamente metade das pousadas construídas no Abraão. Minha classificação deve muito ao estilo de seus projetos, pois todos apresentam traços em comum: edifícios de dois pavimentos, que chamam a atenção pela simetria tanto entre os andares quanto entre os quartos, enfileirados e idênticos com suas pequenas varandas com grossos parapeitos de madeira escura ou de pedra, e as paredes lisas coloridas.

A estética das pousadas resulta, nesses casos, da relação entre o arquiteto, com seu estilo, e o dono, com o que imagina ser “o ideal” para atingir “um público ideal”. Apesar de a concretização dos projetos estar atrelada à maleável relação entre a liberdade e o estilo do arquiteto e a imposição do dono, é possível ver em grande parte delas aqueles traços comuns. Muitas ocupam a maior parte do terreno da propriedade, têm dois andares, cores fortes, quartos colados, a mesma grossa moldura de madeira nas janelas, e a rara presença do dono.

Sobre o fato de terem as novas pousadas sempre dois pavimentos, este mesmo arquiteto me reproduziu uma frase que afirma ser corriqueira entre empresários das pousadas de grande porte, inseridas nessa categoria: *“Se puder três andares, coloca”*. (o que, na verdade é proibido pela lei vigente).

Na propaganda impressa e na internet, sempre se destaca a lista de serviços oferecidos, como um diferencial da pousada, e também a vantagem de estar perto do mar e do “agito”. Assim encontramos no site de uma dessas pousadas:

“Para seu conforto, dispomos de 10 apartamentos aconchegantes com banheiros azulejados até o teto, cama de casal, bicama, ventilador de teto, tel e ar-condicionado (opcional), TV, frigobar e varanda”

Porém, a diferença entre as propostas dos tipos de pousada fica mais explicitada nas entrevistas com os pousadeiros do que na programação visual dos sites e folhetos. Neles, sempre estão as clássicas fotos das belezas naturais da Ilha (praias, Pico do Papagaio, etc),

fotos do interior da pousada, dos jardins e cores referidas à natureza local, assim como o onipresente prefixo “eco”.

Figura nos planos da grande maioria dos donos desse tipo de pousada, a realização de “reformas”, “acréscimos” e “melhorias”, no intuito, dizem, de “evoluir”. A qualidade que oferecem, como percebi em conversas e entrevistas, é dependente do recorrente apelo ao que chamam de “modernização”, através de uma constante transformação. Percebem essas reformas como necessárias (“*colocar umas pedrinhas ali, para enfeitar.*”) para seduzir sua potencial clientela.

Porém essas características (dois andares, quartos padronizados e numerosos, preços altos, dono ausente na maior parte do tempo), embora podendo apontar aparentemente para uma preocupação essencialmente lucrativa, não descartam a existência de práticas “ecologicamente corretas”. A resolução de problemas ambientais freqüentemente passa a ser incorporada à lista de vantagens para as pousadas, decorrentes da satisfação do turista com a “limpeza”, e também com a “consciência ambiental” dos donos. Por exemplo, a referida pousada, situada perto da praia, com flores de plástico, cores muito vivas e videolocadora (aspectos em muito valorizados pelos donos), é uma das poucas a ter biodigestor, um equipamento que recicla os dejetos, alterando sua estrutura bioquímica para um estado não poluente, sem o emprego de aditivos químicos nocivos.

No discurso desse segmento, aparece freqüentemente a depreciação do “turismo de massa”, transparecendo a vontade de hospedar “turistas de melhor qualidade”, receber um “público selecionado”. Para atender a uma tal seleta clientela, é comum “importarem” funcionários.

Não contratam nativos por acharem-nos “preguiçosos”, “incompetentes”. Recorrem então a empregados cariocas, baianos e de alhures. A idéia do nativo como preguiçoso é difundida amplamente entre diferentes grupos locais; é repetida por ricos e pobres, pelo pousadeiro, pela moça mineira da padaria, pelo construtor e até pelo próprio nativo. Porém, existem nuances nos significados desta consideração, de acordo com quem a enuncia.

Para alguns pousadeiros, por exemplo, o fato de julgarem o nativo preguiçoso equaciona-se a traços do que consideram com uma inadequação à maneira “apropriada” de este exercer os diversos aspectos do trabalho (por exemplo, a maneira de tratar o turista), equação na qual vemos embutidas muitas vezes afirmações como “*é preciso educar o povo daqui*”, ou “*mudar a cabeça do povo daqui é difícil*”. Para outros, por exemplo, aqueles que vêm de fora para trabalhar seja no comércio, seja nas pousadas, a afirmação da “preguiça” nativa aponta para uma preocupação com estes serem potenciais “concorrentes” nos postos de trabalho. Entre os nativos, esta afirmação revela-se um importante indicador da questão colocada por Prado (2003), a dos “nativos” x “não nativos”, e as nuances existentes nessa hierarquia fluida. Podemos entender, por um lado, esta auto-afirmação nativa da preguiça como parte de um discurso de caráter defensivo, diante de um palco dominado pelo turismo no qual muitos destes nativos consideram-se como mero público, como personagens em situação delicada e desprivilegiada, mesmo sendo pessoas “da Ilha” (fato que funciona freqüentemente como estopim para um discurso de insatisfação e reivindicação). Por outro lado, há “nativos” que classificam outros “nativos” de preguiçosos como forma de criar e anunciar uma identidade de adaptação a este contexto turístico, no qual conseguiram (enquanto outros não) um lugar privilegiado, seja como donos de pousadas, seja em situações sociais das quais não se queixam.

Podemos entender a atribuição de categorias estigmatizantes lembrando o que ressalta Elias:

“Nos países de língua inglesa, como em todas as outras sociedades humanas, a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre estabelecidos e outsiders. “Crioulo”, “gringo”, “carcamano”, “sapatão” e “papa-hóstia” são exemplos. Seu poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almejada por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário é um grupo outsider, com menores fontes de poder. Todos esses termos simbolizam o fato de que é possível envergonhar o membro de um grupo outsider, por ele não ficar à altura das normas do grupo superior, por ser anônimo em termos dessas normas. Nada é mais característico do equilíbrio de poder extremamente desigual, nesses casos, do que a impossibilidade de os grupos outsiders retaliarem com termos estigmatizantes equivalentes para se referirem ao grupo estabelecido.” (Elias, 2000: 27)

Assim, podemos entender a utilização de termos pejorativos como “*natazinha de pousadeiros*”, por parte dos nativos, e de “*preguiçosos*” por parte dos pousadeiros e daqueles , que podemos dizer, são “estabelecidos” economicamente neste cenário. Seria descabido, portanto, nos determos nesta criação de certas equivalências depreciativas como categorias acionadas exclusivamente por este grupo de pousadeiros, muitos inegavelmente imbuídos da certeza de ser necessário uma série de estratégias e um aparato tecnológico vistos como uma “falta” na cultura nativa.

Por mais que nesta construção discursiva pudéssemos ver uma distância ideológica e instrumental intransponível entre nativos (ausência) e os “de fora” (presença), seria

inadequado equacionarmos nativos/pobres/preguiçosos/arcaico com um patamar dos “desfavorecidos” (nativos e “de fora”), dos “inconvenientes”, na visão destes pousadeiros. A imputação da categoria “duristas”, por exemplo, é amplamente acionada por nativos, o que nos impede de estabelecermos uma simplificação conveniente dos “outsiders”, de um lado, e dos “estabelecidos” de outro. Termos como “favelização” e “duristas”, empregados pelos nativos são usados muito mais como parte de um discurso de preocupação com a ilha “dos ilhéus” e sua descaracterização do que com uma preocupação com a possibilidade de prejuízo para a atividade turística.

No que concerne a um desfavorecimento econômico, correspondente à falta de “um lugar ao sol” na lógica do turismo, esta divisão é pertinente à situação de grande parte da população nativa. Porém faz-se necessário compreender a constante pressão nessas fronteiras sociais, a criação de pontes de troca entre esses hipotéticos pólos, vislumbrada por exemplo na propriedade de pousadas de grande porte e rentáveis pelos nativos.

O segundo grupo de pousadas é o que classifico com “**verdes**”. Os donos valorizam outra gama de aspectos: os “orgânicos”; da alimentação ao contato com a natureza; desde o café da manhã saudável com o canto dos pássaros até o isolamento e a opção de ler à noite um dos muitos romances ou guias em várias línguas à disposição. Preferem a distância do “burburinho”. Fazem uso de outra estratégia de marketing: *“Chalés, cercados não só pelo canto dos pássaros, mas pela cordialidade e gentileza de seus proprietários. São encontradas mais de 15 espécies de orquídeas.”*

Procuram hospedar o turista “alternativo”. Essa opção proposta por eles estaria também no plano das predisposições do turista: um turista alternativo, em oposição ao “convencional”, se sentiria bem no “aconchego da pousada”, se sentaria à mesa da varanda para bater papo com os donos, saber dicas sobre as melhores opções de passeio e caminhadas. Existe uma compatibilidade, senão uma cumplicidade, esperada.

Muitos pousadeiros do primeiro grupo de pousada destacam a importância de um bom atendimento, “profissional” – vindo da parte do funcionário - enquanto os “verdes” traduzem a qualidade da estada na amizade com a clientela, que assim se torna fiel ao lugar. O que de fato acontece em muitos casos. Recebem cartões postais, cartas, telefonemas, têm um público fiel em vários estados do Brasil e em diversos países.

Porém, esse desejo de afinidades recíprocas às vezes destoa em atitudes inesperadas, quando, por exemplo, é suposto serem os interesses do turista apenas saudáveis programas diurnos, repletos de fatigantes caminhadas por trilhas e praias, um fim de tarde sossegado, um delicioso peixe com banana na beira do mar ao pôr do sol e uma reconfortante noite de sono, quando de fato muitos hóspedes se esbaldam em destilados na praça e se esfalfam em meneios nos forrós até de madrugada, ao cabo da qual desvendam famintos um churrasquinho mixto ou um x-tudo no “Altas Horas” (barraca de venda de lanches que funciona na madrugada e tem assíduo público).

Os donos deste tipo de pousada têm claramente um discurso que apresentam como sendo o do *ecoturismo*, e fazem uso desta apropriação e do que seria uma estética correspondente (casas mais discretas, afastadas da rua, decoração com objetos artesanais), evocando muitas

vezes uma “rusticidade” estética teoricamente harmônica com a paisagem local. Estética esta que, em seus discursos, surge em oposição à estética empregada nas pousadas “sol e mar”, e que seria atribuída aos turistas “convencionais” que lá se hospedam. Evocando as vantagens das características de uma pousada “verde”, fortalecem sua posição ao classificar de “mini hotéis”, ou “caixotinho”, as primeiras pousadas, categorias que parecem desqualificar a opção estética destas pousadas e a escolha dos hóspedes, como se estes preferissem ficar encubados em quartos azulejados assistindo a filmes. Percebem nas hospedagens do tipo “sol e mar” certa inadequação diante da feição de “vila”, com a qual formam sua representação do Abraão, ao verem nestas,

“pousadas que descaracterizariam o lugar, que não se preocupam com a arquitetura e o urbanismo”, ou ainda: “Aqui não tem nada de luxo, e algumas pousadas querem um padrão de luxo.”

Alguns donos de pousadas, no intuito de fazerem de seu espaço um ambiente envolto por cordialidade e sofisticação, se desviam do caminho do que entendem como frieza e impessoalidade, atribuído às pousadas de grande porte. Além de buscarem uma maior proximidade dos hóspedes, alguns oferecem, por exemplo, quartos temáticos, como existem em uma pousada situada no alto da Rua do Cemitério, em que cada um tem o nome de um pintor (Matisse, Van Gogh, etc), indicando um apelo a uma sofisticação alienígena à cultura “caiçara”. Composto a decoração, há um mosquiteiro sobre a cama e um ventilador de madeira no teto. Isso é apresentado como um trunfo, um “diferencial”. Quando falam em novidades e reformas, citam “caminhadas”, “área verde” e outras práticas voltadas para um contato “mais intenso com a natureza”, restringindo o tempo passado dentro dos cômodos. Por outro lado, também sentem a necessidade de aglomerarem uma série de equipamentos

que não primam por sua “rusticidade”, como por exemplo, a televisão com girovisão (aparato que sustenta o aparelho e possibilita gira-lo para onde estiverem os telespectadores). A incorporação de tais equipamentos revela a permeabilidade das fronteiras entre os tipos de pousadas propostos. Assim como demonstra que a estratégica procura de novos serviços e propostas para entreter e reter os hóspedes em suas dependências (o que poderíamos chamar de uma “girovisão”) é uma característica partilhada por todos os donos de hospedagens do Abraão. Todos precisam estar “anteados”.

A representação construída da Vila do Abraão e de seus moradores, expressa por alguns donos das pousadas “verdes” em suas opções e práticas estéticas e nas entrevistas, contrasta e coexiste com outras representações da vila, outras maneiras de se perceber e compreender tanto fatos sociais envolvendo uma pluralidade de versões e visões quanto a própria paisagem. Ouvi de uma entrevistada, dona de uma pousada localizada num dos extremos da praia, no trecho conhecido como “Canto”, a seguinte afirmação sobre o Abraão: *“Isso aqui é uma vila de pescadores ainda, não tem nada de urbano”*, frase à qual se segue *“Isso aqui é uma Vila de pescadores perdida no oceano, isso é que é o encanto”*. Afirma ainda, referindo-se ao local que *“as pessoas aqui não tem uma malícia de cidade grande”*. A imagem romantizada dos nativos, que permeia o imaginário urbano, remete à crítica de Gramsci quanto à literatura regional italiana feita pela “intelectualidade livresca”, da primeira metade do século XIX, tratando

“o povo ‘regional’ ‘paternalisticamente’, de fora, com espírito desencantado, cosmopolita, próprio de turistas em busca de sensações fortes e originais por sua crueza”. (Gramsci, 2002: 36)

Cruzeza esta que, projetada das idéias do encarcerado e profícuo pensador italiano para os trópicos, parece calibrar as expectativas de potenciais donos de pousada e de visitantes ansiosos pelo esplendor verde e pela “rusticidade” da misteriosa “Ipaum Guaçu” (“Ilha Grande na língua dos Tamoios, que assim a batizaram).

O esgoto e o acúmulo de lixo, comuns no verão, destoam do ideal de “vila de pescadores perdida no meio do oceano”. Como também a difusão de energia elétrica empreendida pelo Estado, a propósito da qual nos disse um dos mais antigos moradores do Aventureiro, uma das mais belas praias da Ilha, cujo acesso nem sempre é dos mais fáceis: “*Você não tem, na sua casa? Então, a gente também quer.*” A construção de um paraíso a se manter intocado carrega consigo a idéia de tradição a ser mantida intacta e protegida do mal cosmopolita moderno, e exalta uma harmonia na vida dos nativos, com suas casa de estuque, a pescar tranqüilamente sob o sol. Entendimento que não abraça a complexidade da situação, sobre a qual acerta Canclini, ainda em *Culturas híbridas*:

“*Os processos constitutivos da modernidade são encarados como cadeias confrontadas de um modo maniqueísta:*

moderno = culto = hegemônico



tradicional = popular = subalterno

(Canclini, 1997: 206)

A questão é que a percepção sobre a população local formulada desta maneira diverge da reação nativa diante do quadro socioeconômico atual, em que prepondera o turismo. É inegável a vontade de muitos nativos de adentrarem, como empreendedores, esta esfera, vista como condição para se amenizar, quiçá solucionar as dificuldades sociais desnorteantes que afirmam passar. Facilmente se poderia confundir, nesta esfera dinâmica de práticas turísticas, malícia com inadaptação, com desconhecimento de técnicas e estratégias pertencentes a um modelo de “ecoturismo” trazido por personagens urbanos.

Como afirma Prado:

“na percepção de boa parte dos ambientalistas, as visões nativas em geral são consideradas como uma “não ecologia”, isto é, como uma “ausência de”, ao invés de “a presença de uma ecologia nativa” (uma etnoecologia), ou de uma visão peculiar” (Prado, 2003: 220)

Esta percepção da “ausência” no entanto, deixa margem, por outro lado, a uma aparente apologia à “rusticidade”, palavra à qual muitas vezes recorrem. No entanto, os aspectos entendidos como “rústicos”, que estariam nos serviços oferecidos por estas hospedagens, descartam qualquer tipo de precariedade e economia de conforto. Qual “rusticidade” então? O que seria esta “rusticidade”? Ferreira argumenta, ao tratar dos “ecoturistas” que

“Contraditoriamente, estes mesmos atores são os que trazem a modernidade de forma contundente para estes locais. Mas ao mesmo tempo em que há o desejo de correr riscos, há a necessidade de que estes riscos sejam de alguma forma controlados, de que estejam disponíveis meios de transporte com alguma segurança, de que lhes sejam disponibilizadas informações que os oriente no ambiente inóspito”.(Ferreira, 2004: 64)

Estamos diante de um modelo que ao ser posto em prática, exige instrumentos “não naturais”, “ausentes” da cultura local. Vilella, ao tratar em seu texto do conflito entre ambientalistas e a “população tradicional” no Aventureiro, cita Yearley, que chama atenção para o que considera uma “*contradição entre os verdes (ambientalistas).*” Dizendo:

“na medida em que o meio ambiente natural e a vida selvagem são percebidos como incapazes de falar por si mesmos, é preciso criar um substituto. Nas modernas sociedades industrializadas a ciência é o único substituto capaz de comandar uma legitimidade universal”. (Yearley apud Vilella, 2003: 68)

Quando o nativo extrapola os limites da vitrine construída pela visão externa de outros empreendedores imbuídos de técnicas e estratégias complexas que configuram o “ecoturismo”, ele se torna também uma ameaça. Nesse sentido, podemos recorrer a uma analogia com “o bom selvagem” de Rousseau, que ao ser contaminado pelo “mal da civilização” desestabilizaria uma relação convivial, na qual os lugares destinados aos ex-cosmopolitas adeptos de uma ideologia “fugere urben” instalados no Abraão, de um lado, e, de outro, os lugares destinados aos nativos, seriam estáticos.⁹

Porém, num cenário de situações intensas e ricas em possibilidades como encontramos no Abraão, com muitas variações ideológicas em torno do “know how” turístico, torna-se problemático a rigidez de uma categorização, na qual poderíamos, por exemplo, atribuir ao nativo apenas um lugar específico no plano econômico e estético local. A imagem do

⁹ Rousseau, em suas *Confissões*, elogia os camponeses, opondo-os, por sua inocência e bondade, aos moradores da cidade: “*Eu vagava há alguns dias nas cercanias da cidade, hospedando-me na casa de camponeses que conhecia, e todos me receberam com mais bondade do que teriam feito os urbanos*” (Rousseau, 1972: 82)

nativo como aquele que vive numa casa simples desprovida de aparatos tecnológicos é não raro associada, no caso de sua possível inserção no mercado turístico, àquele que justamente por ter uma “relação naturalmente harmoniosa com a natureza” - concepção também vastamente propagada entre pessoas procedentes de grandes centros urbanos - manteria, nesse novo contexto do turismo, uma relação também desprovida de tensões com a natureza.

Outras hospedagens

O terceiro grupo de hospedagens é representado por aquelas pousadas que classifico de “**improvisadas**”, sejam casas adaptadas ou casas construídas para serem pousadas. Algumas têm projetos arquitetônicos copiados de outros modelos, onde não raro se vêem as marcas de uma adaptação feita às pressas, deixando à mostra, como em alguns casos, um edifício retangular, de cor homogênea e quartos idênticos. Algumas estão, por exemplo, em meio a vastos terrenos descampados de onde a poeira sobe espiralada ao nos aproximarmos.

Arquiteticamente podem lembrar as pousadas do primeiro tipo, porém existe uma clara disparidade no que se refere tanto aos serviços quanto à qualidade do material impresso que as divulga, e que muitas vezes não existe.

A idéia de que este tipo de pousada seria construído exclusivamente por nativos, pelo fato de a imagem destes estar constantemente associada à de desfavorecidos usurpados de seus

terrenos e de seu lugar, “desesperados” para se inserirem no “mercado” turístico, tem lá seu fundamento; porém seria ilusório pensarmos que a eles só “resta” essa situação, esta possibilidade, ou que muitos dentre eles não sejam bem sucedidos, como de fato acontece. Cinquenta por cento das pousadas locais pertencem a nativos.

O ideal romântico, por vezes de teor paternalista projetado nos nativos do Abraão colore uma bucólica fotografia composta de singelas casas de estuque e canoas na areia branca ao pôr do sol alaranjado. Imagem que se revela, porém, amarelada e onírica, pairando em uma plataforma incomunicável com as reivindicações e a “realidade” nativa. Nessa trama de categorias construídas em meio a uma constante concorrência entre pousadas e “pousadas”, entre serviços e “serviços”, deslocam-se os nativos de protagonistas da fotografia-singela para a fotografia-denúncia.

Mudando-se de conjuntura vigorosamente, como foi o caso com a consolidação do turismo como principal atividade econômica local, este teórico equilíbrio com a natureza, projetado nos nativos, cede lugar a uma situação em que coexistem a demanda destes por cursos de hotelaria e de inglês, ou seja, por estratégias de inserção, ao mesmo tempo em que os leva a fazerem o que alguns pousadeiros chamam de “improvisações arquitetônicas”, construindo “pousadas improvisadas”, suítes e quartos para aluguel, “improvisando” no modo como tratam o turista e lidam com o turismo em geral. O que os leva conseqüentemente a entrarem na rede de estigmas que circula no discurso de muitos pousadeiros como personagens-problema,

“aqueles que não têm cadastro, que são clandestinos, que estão preocupados em ganhar dinheiro.”

Subindo a encosta, percebemos que muitos moradores locais antigos reformam quartos e constroem quartos anexos, sempre referidos como “suítes”, para alugar e ganhar algum dinheiro, inserindo-se assim na lógica atual do turismo.

Classifico então as **suítes e kitnetes** como o “quarto tipo” de hospedagem. O fato de se ter uma suíte para alugar muitas vezes é a primeira etapa da ambição maior, a de construir uma pousada. Embora se deva reconhecer também que essa prática está relacionada com a vontade de manter a família unida no mesmo terreno, grande parte de tais construções se destina ao uso para aluguel a visitantes. Porém, sem o capital necessário e sobrando pouco tempo para a dedicação a este projeto - porque tem que se trabalhar nas pousadas dos outros, porque tem que se ganhar dinheiro fazendo traslado de barco para os turistas irem e virem do Abraãozinho, enfim, trabalhando - construir ou utilizar um quarto como suíte aparece como projeto mais plausível, daí sua proliferação. Numa conversa com um antigo morador, ouvi:

“A cada 10 reais é um saco de cimento”. “Obra sempre vai ter”. “Se eu tenho um dinheiro, eu fazia uma pousada, que colhe o dinheiro de volta”

O aluguel de casas é fato comum, e a forma de divulgar o que é oferecido é apresentada num eclético cardápio. Na internet, há sites que oferecem casas e quartos, com fotos e esquemas de entrega de chaves e pagamento organizados. Há também maneiras diferentes de propagar a notícia. Subindo a ladeira que leva à casa onde ficávamos nas nossas idas ao Abraão, estacionei meu olhar atentamente em um carrinho de frete com a seguinte frase escrita a tinta: “Alugo casa no carnaval, falar com Álvaro ou o irmão dele”. E assim outras

frases se espalham nas falas e muros do lugar indicando também uma apropriação bem local através dessa pessoalização do turismo.

Enquanto muitos donos de pousada sustentam o discurso que aponta os nativos como aqueles que estariam mais dispostos a construir quartos para hospedar turistas e fazerem mil e uma “improvisações” - o que, afirmam, prejudicaria seus negócios pelos baixos preços e pela “má” qualidade que ofereceriam - os nativos se queixam da quantidade de pousadas existentes, dos baixos salários que recebem trabalhando nelas (*“Dá vontade de perguntar pro proprietário: Você sobreviveria com esse salário?”*) e de uma decorrente descaracterização do lugar, que não mais lhes pertenceria, que lhes foi tirado por *“uma natazinha de pousadeiros e comerciantes”*, que mudou a Ilha. Vemos assim que os donos de pousada são vistos em certas situações com contornos pejorativos, sob a designação de “pousadeiros”, equacionada à característica de “usurpadores”. Assim como o “pessoal estranho”, “de fora”, também pode ser visto com um “perigo”. No entanto, a designação “pousadeiro” não se confina a este contorno negativo, corrente em contextos em que se explicitam dissonâncias em relação a determinados assuntos. Ela também é muito freqüentemente usada para nomear simplesmente aquele que é dono de pousada. Percebemos que na arquitetura, nos “estilos” em que um grupo identifica as marcas culturais de outro com o qual haveria uma dissonância de valores, refletem – se os conflitos inerentes ao contexto local.

O quinto tipo de hospedagem são os **campings**. O público dos campings freqüentemente se enquadra no estigma de “duristas”, alvo das enfáticas reclamações acerca das “bagunças” e da sujeira deixadas nas praias e nas trilhas do Abraão. Essa atribuição é alimentada pela

tendência aos preços dos campings serem mais baixos, sendo uma opção para visitantes com recursos limitados. Existem campings “de época”, não “oficiais”, como é o caso dos quintais das casas situadas na Vila, parte do território do Abraão cujo regulamento proíbe a construção de novos edifícios e pousadas. De certo modo, desconhecer o perfil de um público que surge “não se sabe de onde”, durante épocas de férias, ânimos aquecidos e exacerbação de disputas de todo tipo – todos esses acontecimentos que marcam o verão - alimentam a desconfiança tanto de nativos quanto de pousadeiros. São freqüentes relatos de histórias “estranhas”, como disse acima, que acontecem nos campings, como de “bandidos escondidos”, ou casos de tráfico de drogas, principalmente naqueles localizados nas encostas, afastados da área mais movimentada do Abraão.

Na propaganda de um camping, cujo dono é um personagem público no Abraão, por seu jornal local ter uma intensa circulação e por ser um dos principais membros da AMHIG, lemos: *“Aqui o hóspede é o artista e os bons costumes fazem parte do show”*. Vemos neste caso a preocupação com a conduta dos hóspedes, em sua maioria jovens, como atesta outra frase encontrada na mesma propaganda: *“E a irreverência faz parte do “ser jovem”*.

CONCLUSÕES

Ilha de muitas trilhas

“Concluiremos imediatamente que nenhuma felicidade, nenhuma serenidade, nenhuma esperança, nenhum orgulho, nenhum gozo do instante presente poderia existir sem a faculdade do esquecimento” (Nietzsche, 1908: 86)

“A Ilha tinha uma magia”, que não tem mais. Se para qualquer pessoa tem encanto, pra nós não têm muito mais.”

Um traço marcante que ressalta da releitura das anotações e entrevistas em meus cadernos de campo para a elaboração deste texto, e igualmente percebido no decorrer da pesquisa no teor de muitas das conversas e entrevistas (nas quais os entrevistados puxavam a conversa para este traço), assim como na convivência com os moradores do Abraão, sejam “nativos”, sejam “de fora”, sejam “os de fora” que se dizem “nativos”, é a existência de uma constante insatisfação, que paira sobre a Ilha, e que se perpetua talvez devido seja à ausência de diálogos seja ao caráter turbulento deste entre os diversos atores sociais que constituem uma diversidade social irreduzível. Esta insatisfação conjunta e rica quanto a um determinado aspecto (o turismo, em toda sua amplitude e possibilidade) revela-se importante ao assunto aqui tratado por formar um campo de debate voltado para o universo das hospedagens. As discussões em torno do “melhor para a Ilha”, do “futuro da Ilha”, estabelecem quase sempre como primeiro tópico a polêmica questão das construções e das transformações no espaço físico. Esta encruzilhada num “paraíso” onde as idéias do “*melhor para a Ilha*” (sentença, se assim podemos dizer, mais “amplamente aceita” do que a outra, por vezes encoberta sob a primeira, e que poderia se traduzir em “*o que é melhor para mim, e/ou para minha família, e/ou para meus negócios*”) são também plurais. Frequentemente, para parte das vozes adeptas de uma destas concepções do “melhor”, os caminhos anunciados pelas outras várias vozes são assimilados como retrocesso, ou possibilidades contrárias ao que seria “*realmente*” o “*melhor para a Ilha*” no que tange ao nada brando assunto das pousadas, dos “negócios”, do turismo. Parece a Ilha estar aberta para obras, mas o processo dialógico acerca destas obras parece constituir ainda um terreno

baldio. A eloquência oca do cimento parece mais firme do que a ainda possível, porém complicada, construção de um processo efetivo de negociações, diálogos e criação de possibilidades conciliáveis.

A “falta de algo” encontrada neste campo atravessa outros aspectos. Aparece no discurso nativo, principalmente daqueles que trabalham como empregados de pousadas, ou no comércio, através da enfática crítica do presente pela afirmação de um passado melhor. Esta crítica surge nas conversas, entrevistas e práticas sociais, evidenciando um amargo sentimento. A percepção dessa característica, no entanto, dentro da minha pesquisa, concerne mais à população adulta, que assistiu a mudanças bruscas, enquanto os mais jovens não passaram por impactantes transformações e vêem de forma mais amena a situação atual.

O passado é um dos pilares que sustentam o discurso dos nativos, e o saudosismo evocado no “*quando era melhor*”, antes da implosão do presídio, pode ser entendido como uma resistência às condições nas quais se encontram hoje. As transformações decorrentes da implosão confluíram para os depoimentos de antigos e novos habitantes, deixando registros nos documentos oficiais, nas fotografias e nos corações. Se, por um lado, a implosão do Presídio e a conseqüente abertura ao setor turístico trouxeram emprego para a população, e esta vê isto como um ganho, por outro lado, a população nativa instituiu a “*Ilha de antigamente*” como passado ideal, quando ali “*era mais seguro*”, “*não entrava tóxico*”. Um entrevistado nos deu o seguinte relato:

“Olha rapaz, muita pousada pra mim, eu acho que é um bom negócio... mais emprego. Eu mesmo tô com dois empregos, em duas pousadas. Muita coisa, mas tem uma coisa aí que não foi legal, que foi a saída do Presídio”

Antes se parava pra puxar papo ou chamar quem passasse na rua, todos conhecidos, todos amigos, para comer um peixe no domingo. Agora, poucos pescam e os conhecidos “sumiram na multidão”.

Conta outro entrevistado:

“Olha, sobre esse motivo que eu tô te falando, que veio o crescimento daqui, hoje você não conhece mais ninguém, está sendo cada um pra si. Se você fizer o bem, você fez naquele momento ali, depois todo mundo te esquece... Você passa hoje na rua, é difícil você ver uma pessoa conhecida pra ter um diálogo, pra conversar, é difícil. Hoje em dia, só turismo, só pessoal que estão chegando na Ilha que estão tomando conta da Ilha”

Percebendo um universo social no qual não é simples a apreensão das sutilezas de categorias importantes (pois que presentes no cotidiano e reiteradas em sua complexidade e fluidez neste universo social) para o investimento antropológico, como “nativos e não nativos”, e também por ser difícil o estabelecimento de critérios pertinentes para esta classificação - por existirem muitos casos de pessoas que nasceram na Ilha, foram estudar, trabalhar, ou “fazer a vida” no continente e voltaram, outros que vivem neste trânsito, e por ser uma identidade da qual muitos se apropriam pelo tempo de moradia ali e acionam em determinados contextos - ainda assim não é vã a sugestão de que aqueles “nativos”

impossibilitados de praticarem atividades que balizavam suas vidas, em meio a um revoltoso mar de pousadas e hospedagens, deixaram o remo para se transformarem em rêmora. Por exagerada que possa parecer a analogia dos “nativos” com tal pequeno peixe que nada rente ao ventre do tubarão, recolhendo os restos de comida que este devora, ao menos esta cabe, não como o “óbvio gritante”, mas como alerta diante de uma situação incômoda para esta população, como vimos nos depoimentos citados. Podemos dizer que:

“(…) existe um padrão de mudanças imposto pelo empreendimento turístico que, mesmo com o rótulo de atividade sustentável, representado por modalidades como o turismo étnico, turismo cultural, turismo ecológico, entre outras, tem servido para escamotear um sistema de exploração econômica e desestruturação cultural, por meio da imposição de novos padrões de modernidade que dificilmente podem ser assimilados pela população local.” (Caroso e Rodrigues apud Banducci Junior: pág 34)

Como afirma Prado sobre o discurso da população nativa da Ilha,

“chama a atenção a reiteração sobre a idéia de que se trata de pessoas estranhas, que não se sabe quem é – apontando, de um lado, para a quebra dos padrões tradicionais de relações personalizadas, e de outro, para a questão da insegurança” (Prado, 2000).

Podemos também pensar essas questões de resistência e diálogo da população originária com os outros atores ali presentes, através do mito da Ilha Grande como paraíso. Esse mito vem de um extenso caminho que remonta à concepção cristã de paraíso terrestre, no qual os grandes centros urbanos constituem apenas uma etapa recente deste itinerário do

“deslumbrante”, do “desabitado”, do conservacionismo e da noção de “wildernees”. Noção que serviu de base para a criação de parques nacionais como o de “Yellowstone”, nos Estados Unidos, o primeiro no mundo¹⁰. Quando neste caminho encontramos “pousadas” com puxadinho e teto de zinco, antenas parabólicas ou uma barraca de cachorro quente gerenciada por habitantes do paraíso, a idéia de paraíso intocado se desmancha, cai do céu e se aproxima simbolicamente das “cidades”. O lugar para uma barraquinha de cachorro quente no imaginário urbano (carioca, pelo menos) é a saída do Maracanã, e não na beira do mar da “*Ipaum Guaçu*”. Mesmo num cenário onde o turismo parece ter se estabelecido de forma definitiva, como no Abraão, aonde diversos fatores vieram contribuir para a construção de preocupações e propostas voltadas para toda uma demanda por infra estrutura necessária para sustentar esta atividade, os vestígios e as idéias marcadas por esse mito se impregnam de um faceta utilitarista, que incorpora não apenas a contemplação visual típica dos primeiros parques, mas contém igualmente uma forte noção de usufruto “adequado” desta natureza paradisíaca.

Vemos no discurso de um pousadeiro:

“O caiçara não aproveita a natureza que tem. Prefere ficar em casa vendo tv, sem fazer nada. Não sabe desfrutar a estonteante beleza que tem, que na verdade é mais impactante para o turista. Para ele, é cotidiano”.

Essa fala, vinda de um pousadeiro, que mostra com tanta clareza a diferença de visões acerca dos “comportamentos adequados”, remete à tipologia de pousadas aqui demonstrada

¹⁰ O primeiro capítulo de *O Mito da natureza intocada* (1997), de Antônio Carlos Diegues, é esclarecedor sobre o assunto.

- que, como qualquer outro aspecto da vida na Ilha que fosse trabalhado, apontaria para essa mesma questão de fundo: Afinal, o que se deve e o que não se deve fazer no paraíso? Na visão de quem? Como foi visto, a hierarquia e os significados dos tipos de hospedagem sempre apontam para essas diferenças de visão. A fachada, a decoração interna e os serviços encontrados nos tipos de hospedagens aqui sugeridos, podem ser entendidos por aqueles que as observam (ou avaliam) como elementos entrelaçados em uma cadeia de correlações capazes de estabelecer um “lugar” para os donos destas hospedagens em questão. Lugar este diferente de outros “lugares”, que por sua vez são percebidos como sendo formados a partir de outras correlações. Criam-se assim “plataformas” de argumentação e posicionamento distintas, nas quais os atores sociais encontrados neste universo se colocam, se identificam. Não que essas diferentes visões impliquem num impasse ao convívio entre “nativos” e “não nativos” ou entre os tantos e diversos segmentos sociais no cotidiano. Os desentendimentos, as aproximações e as novidades permeiam a vida local. Os dissonantes, os harmoniosos e os misteriosos acordes da vida povoam as várias trilhas desta Ilha sedutora.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland.

1964 - *Essais critiques*. Editions du Seuil. Paris.

BENATTI, H.J.

1999 - *Unidades de conservação e as populações tradicionais. Uma análise jurídica da realidade brasileira*. *Novos Cadernos NEA*. Dezembro .

BANDUCCI, Álvaro Jr, BARRETO, Margarita (Orgs.)

2002 - *Turismo e Identidade local: uma visão antropológica*. Papyrus Editora.

CANCLINI, Nestor García.

1997 – *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Edusp. São Paulo.

DIEGUES, Antônio Carlos.

1998 - *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec .

D.P.LUCHIARI, Maria Tereza.

2000 - *Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista*. Coletânea de textos. Turismo. Modernidade. Globalização. RODRIGUES, B. A . Organizadora. São Paulo: Hucitec.

ELIAS, Norbert e L. SCOTSON, John.

2000 - *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FERREIRA, Helena Catão Henriques.

2004 – *Redefinindo Territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande (RJ).* Dissertação de mestrado. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

GARCIA LORENZO, Rosa Amélia Fortes.

1996 - *A que passos andam as tartarugas – Estudo sobre o impacto sócio cultural do turismo em Praia do Forte.* XX^a Reunião Brasileira de Antropologia.

GOMES, Marcus Machado.

2003 - *A natureza sob vigilância. Etnoecologia e ethos penitenciário na Vila Dois Rios.* Monografia. Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ.

GRAMSCI, Antonio.

2001 – *Cadernos do Cárcere.* Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

HALL, Stuart.

2002 – *A Identidade cultural na pós-modernidade.* DP&A. Rio de Janeiro.

JAMESON, Frederic

1996 - *Pós – Modernismo. A Lógica do Capitalismo Tardio*. Ática. São Paulo.

NIETZSCHE, Frederic

1908 - *La Généologie de la Morale*. Société Du Mercure de France. Poitiers

PIAULT, Marc Henri.

2000 – *Anthropologie et Cinéma*. Editions Nathan/HER. Paris.

PRADO, Rosane Manhães.

2000 - *Depois que entrou o Imbamba: Percepção de questões ambientais na Ilha Grande*.

XXII Reunião Brasileira de Antropologia.

1999 - *A UERJ e a comunidade de Vila Dois Rios*. Rio de Janeiro: Depto. De Ciências Sociais – IFCH – UERJ.

2003 – *As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande*. *Horizontes Antropológicos*, n.20, outubro.

PROUST, Marcel

1989 – *À l'ombre des jeunes filles en fleurs*. Gallimard. Paris

RAMUZ, P.F.

1998 - *Os caminhos do turismo na Ilha Grande*. *Geo UERJ*, n.3, Junho. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia.

RICOEUR, Paul.

2004 - *Cultures, du deuil à la traduction*. *Le Monde*. 25/05/2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques.

1972 - *Les Confessions*. Tome I (Livres IV a VI). Le livre de poche. Paris.

2001 – *O Contrato Social*. Martins Fontes. São Paulo.

SANTOS, Myrian Sepúlveda.

2003 - *Memória coletiva e Teoria Social*. Anna Blume. São Paulo.

2004 - *A construção da violência: o caso da Ilha Grande*

THOREAU, Henry

1984 – *Desobedecendo. A desobediência civil e outros escritos*. Rocco. Rio de Janeiro.

WUNDER, Sven.

2000 – *Big Island, green Forest and backpackers*, mimeo.